

Recebimento: 08/12/2020

Aceite: 04/01/2021

## REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DE AGRICULTORES DO EXTREMO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL-BR INSERIDOS EM CADEIAS CURTAS DE COMERCIALIZAÇÃO (SFSCs)<sup>1</sup>

## SOCIOECONOMIC REPRODUCTION OF FARMERS FROM THE EXTREME NORTH OF RIO GRANDE DO SUL-BR INSERTED IN SHORT FOOD SUPPLY CHAINS (SFSCs)

Simone Bueno Camara<sup>2</sup>

Tanice Andreatta<sup>3</sup>

### Resumo

O objetivo neste trabalho é analisar a capacidade de reprodução socioeconômica nas unidades produtivas agroalimentares do Extremo Norte do Rio Grande do Sul-BR a partir de rendas das cadeias curtas de comercialização. Para a operacionalização da pesquisa, foi utilizada a abordagem dos sistemas de produção, os quais dispõem de indicadores capazes de mensurar a eficiência em diferentes níveis nas unidades de produção. Foram entrevistados 31 agricultores, no período de outubro a novembro de 2019, e estratificados em três grupos. Como critério de estratificação, as rendas auferidas na comercialização de produtos/alimentos provenientes de cadeias curtas foram utilizadas. Em todos os grupos, existem produções *in natura* e agroindustrializadas, e, além do escoamento por canais curtos, também produtos escoados por intermédio de canais de comercialização convencionais. Unidades produtivas que desenvolvem somente produções sazonais para o comércio direto, em suma, têm níveis de eficiência menores e as rendas externas são determinantes para a reprodução da família. Unidades produtivas que buscam inserção predominantemente nas cadeias curtas possuem níveis de eficiência maiores por mão de obra e área útil. Outra evidência é que somente unidades produtivas que auferem quatro ou mais salários mínimos por mês de renda, advindo das cadeias curtas, conseguem se reproduzir economicamente e podem ter somente esta atividade como única fonte de renda. Entende-se que as cadeias curtas compreendem uma forma equitativa de produção e comercialização. Entretanto, entre os agricultores analisados, consideradas as especificidades de cada unidade e/ou sistema produtivo, outras formas de produção são necessárias para formar a reprodução socioeconômica das famílias.

**Palavras chaves:** Agricultores familiares. Avaliação econômica. Renda. Produção agrícola. Cadeias curtas de comercialização.

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste texto foi apresentada no evento da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural) de 2020.

<sup>2</sup> Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Campus Palmeira das Missões – RS, Brasil. E-mail: simonebuenocamara@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Universidade Federal de Santa Maria-Campus Palmeira das Missões – RS, Brasil. E-mail: tani.andreatta@hotmail.com

## Abstract

The objective of this work is to analyze the socioeconomic reproduction capacity in the agri-food production units of the Extreme North of Rio Grande do Sul-BR from income from short food supply chains. For the operationalization of the research, the approach of production systems was used, which has indicators capable of measuring efficiency at different levels in the production units. Thirty-one farmers were interviewed from October to November 2019 and stratified into three groups. As a criterion of stratification, the income obtained in the commercialization of products/foods from short food chains was used. In all groups, there are *in natura* and agroindustrialized productions, and, in addition to the flow through short channels, also products flowed through conventional marketing channels. Production units that develop only seasonal productions for direct trade, in the meantime, have lower levels of efficiency and external incomes are determinant for the reproduction of the family. Production units that predominantly seek insertion in short food supply chains have higher levels of efficiency per labor and useful area. Another evidence is that only productive units that earn four or more minimum wages per month of income, coming from short chains, can reproduce economically and can have only this activity as the only source of income. Short food chains are understood to comprise an equitable form of production and marketing. However, among the farmers analyzed, considering the specificities of each unit and/or production system, other forms of production are necessary to form the socioeconomic reproduction of families.

**Keywords:** Family farmers. Economic evaluation. Income. Agricultural production. Short food supply chains.

## Introdução

A globalização do sistema alimentar segue o padrão de outros setores econômicos e as cadeias agroindustriais também têm se configurado pelos ganhos de escala, número expressivo de intermediários e o distanciamento entre o produtor e o consumidor (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000). Por isso, uma das opções encontradas para os agricultores menores é a inserção em canais alternativos de comercialização, por exemplo as cadeias curtas.

As cadeias curtas de comercialização têm como princípio restabelecer conexões espaciais, sociais e de valor não reconhecidas nos mercados de alimentos convencionais (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000). Elas se caracterizam por serem alternativas ambientalmente e socialmente mais sustentáveis, se comparada aos sistemas alimentares globais, e fornecem um fluxo de renda considerado mais confiável para agricultores (MORGAN et al., 2018). As cadeias curtas de comercialização são conceituadas como um novo modelo de negócios capaz de apoiar pequenos e médios agricultores a atender à crescente demanda de alimentos cultivados localmente, especialmente de compradores como instituições públicas (hospitais, escolas, etc.), restaurantes e supermercados (MILLER; BROWN, 2008; BERTI; MULLIGAN, 2016).

Essas cadeias abarcam uma ampla gama de configurações de produção, distribuição e consumo de alimentos, que compreende os mercados de agricultores, lojas agrícolas, feiras, agricultura apoiada pela comunidade (CSA), grupos de consumidores, entre outras (KOUTSOU; SERGAKI, 2019). Esse desenvolvimento de formas alternativas de fornecer alimentos tem afetado tanto a oferta quanto a demanda: de um lado, os consumidores estão cada vez mais interessados na aquisição de alimentos “localizados”; de outro, os agricultores encontram nessas formas de comercialização direta as possibilidades de melhores remunerações da produção (ILBERY; MAYE, 2005; MASTRONARDI et al., 2019). Neste sentido, as cadeias curtas de comercialização representam a relação entre a agricultura familiar, a dinâmica local de produção e o abastecimento de alimentos e uma possibilidade de aumentar a renda familiar (SCARABELLOT; SCHNEIDER, 2012; RAMBO; FREITAS, 2019).

Isto posto, outros elementos devem ser considerados para avaliar como ocorre o desenvolvimento das economias locais, baseados em mercados alternativos, como por exemplo, a

lucratividade das unidades produtivas inseridas nestes mercados (ROSSI; JONHSON; HENDRICKSON, 2017; AHEARN; LIANG; GOETZ, 2018). A combinação de proximidade territorial e cadeias curtas de comercialização ajudam a fortalecer os laços sociais, promover trocas justas de mercadorias, assim como contribuiu para uma maior autonomia tanto produtiva como econômica dos atores envolvidos (Rambo; Freitas, 2019). Um dos principais fatores de motivação dos agricultores em comercializar nas cadeias curtas é a percepção de que a comercialização local resultará em maiores lucros (MILLER; BROWN, 2008; AHEARN; LIANG; GOETZ, 2018).

É justamente pela percepção de promover equidade social, ambiental e econômica que as cadeias curtas de comercialização se aproximam de uma expectativa de desenvolvimento rural, pois se referem à possibilidade de autonomia ou protagonismo das relações desenvolvidas no próprio local entre agricultores, consumidores e instituições locais (RAMBO; FREITAS, 2019). Compreende-se que a perspectiva de desenvolvimento rural, está de certo modo, atrelada às formas potenciais de comercialização de alimentos locais, que promovem dinâmicas de aproximação entre produção e consumo (SCHNEIDER; FERRARI, 2015; ROSSI; JOHNSON; HENDRICKSON, 2017; GRUCHMANN; SEURING; PETLJAK, 2019). Elas são capazes de promover um desenvolvimento equitativo de agricultores e suas unidades de produção com o meio ambiente, social e abarcando questões de autonomia econômica (RAMBO; FREITAS, 2019; GRUCHMANN; SEURING; PETLJAK, 2019).

Outra especificidade das cadeias curtas de comercialização é a relação da produção com as características da sociobiodiversidade de cada região, as quais, de modo geral, estimulam a busca por um maior entendimento sobre as regiões (DINIZ; CERDAN, 2017). Especialmente no estado do Rio Grande do Sul, a dinâmica de inserção nos mercados em diferentes canais de comercialização também é resultado da forte presença de agricultores familiares. Estes representam 85,7% do número total dos estabelecimentos e ocupam 30,5% da área agrícola total (IBGE, 2017).

Entre as diferentes regiões que compõem o estado, encontra-se o Extremo Norte. Área caracterizada por pequenos municípios e tendo como base produtiva a agricultura (NETO; BASSO, 2005). Dentre as características existentes na região, o mesmo autor cita os cultivos diversificados produzidos por agricultores familiares, os quais utilizam a produção tanto para subsistência como para a comercialização. Deste modo, estas atividades produtivas configuram as formas de reprodução econômica e desenvolvimento da região.

Devido à incipiência de práticas de administração rural, seja para processos produtivos como das rotinas de contabilidade, como também, a dificuldade de separar as atividades, principalmente em pequenas e médias propriedades, os agricultores têm adversidades em analisar apuradamente quais as atividades se apresentam como mais promissoras. Isso gera incertezas no momento de tomar uma série de decisões relativas às produções, aos investimentos e à orientação de mercado (LIMA et al., 2005). Nesta perspectiva, o objetivo deste trabalho é analisar a capacidade de reprodução socioeconômica<sup>4</sup> nas unidades produtivas agroalimentares do Extremo Norte do Rio Grande do Sul-BR a partir de rendas das cadeias curtas de comercialização.

## Procedimentos de Pesquisa

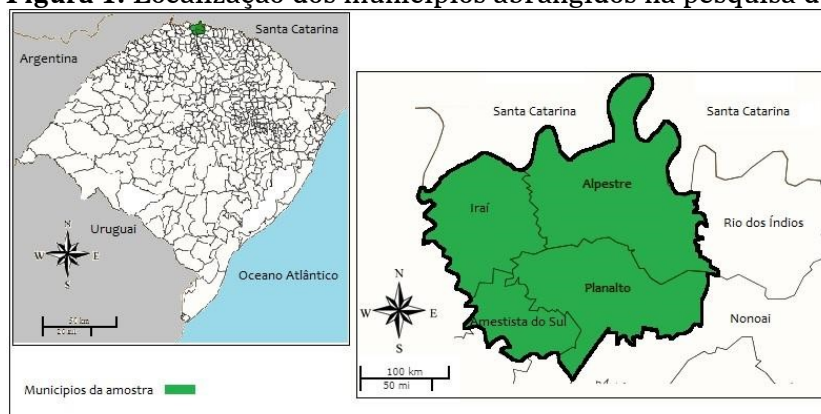
A amostra compreendeu 31 agricultores pertencentes à região Extremo Norte do Rio Grande do Sul. As unidades de produção foram escolhidas a partir de uma seleção prévia realizada junto à Escola Familiar Rural de Alpestre e também com a Cooperativa Extremo Norte, ambas localizadas em Alpestre-RS, município que compreende a região em estudo. A participação de dirigentes da cooperativa e da escola é fruto da atuação, tanto educacional (escola), voltada para sistemas de produção da região, como comercial (cooperativa) que absorve e viabiliza a inserção de agricultores em cadeias alternativas. O contato prévio foi feito com o intuito de realizar uma seleção de agricultores que faziam a comercialização por intermédio das cadeias curtas de comercialização.

Assim, a amostra pode ser classificada como não probabilística e por conveniência (AAKER; KUMAR; DAY, 1995). Por conseguinte, foi realizada uma técnica da saturação teórica, ou seja, a interrupção da coleta de dados quando se observou que as informações passaram a apresentar repetição (MINAYO, 2017). A coleta de dados ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2019, por intermédio de um roteiro de pesquisa estruturado, e foi realizada nas respectivas UPAs dos

<sup>4</sup> Capacidade de geração de renda suficiente para remunerar as necessidades da família, os desgastes dos equipamentos e possibilitar a realização de novos investimentos na unidade de produção (LIMA et al., 2005; DUFUMIER, 2007).

agricultores. Os agricultores que compõem a amostra se concentravam nos municípios de Alpestre (67,74%); Ametista do Sul (16,13%); Planalto (12,90%) e Iraí (3,23%). A localização da região e dos municípios em que foi realizado o estudo está representada na figura 1.

**Figura 1:** Localização dos municípios abrangidos na pesquisa de campo



Fonte: elaborado pelos autores (2020) com base nos dados do IBGE, 2017.

Os municípios da região podem ser caracterizados por serem especialmente rurais. Os principais produtos são procedentes da fruticultura (laranja e uva) e da fomicultura. Em larga medida, essas produções são condicionadas pela característica geográfica que apresenta intensas ondulações e restrição de área própria para cultivos (ODERICH; MIGUEL, 2017). Em média, o tamanho das áreas nos municípios é de 14,17 hectares e o número de pessoas ocupadas compreendeu em média de 2,54 (IBGE, 2017).

Isto posto, o método utilizado para obtenção e análise dos dados econômico-produtivos das unidades de produção foi baseado na Abordagem dos Sistemas Agrários, mais especificamente, na identificação e análise dos sistemas de produção. Essa abordagem tem como pressuposto compreender as relações entre as partes e os fatos ecológicos, técnicos e sociais que contribuem para entender a realidade atual de regiões e/ou dos sistemas de produção (LIMA et al., 2005).

A primeira etapa da análise consistiu na sistematização e cálculos econômicos para valorar as diferentes atividades realizadas nas unidades de produção. Foram estimados dados da produção e comercialização aferidos nas unidades de produção. Posteriormente, foram selecionados os produtos escoados diretamente por intermédio de cadeias curtas de comercialização e valorados economicamente. Os indicadores utilizados estão expostos no quadro 1 a seguir.

**Quadro 1:** Indicadores de avaliação utilizados para análise das unidades de produção

Indicador	Fórmula	Descrição do indicador
Valor Agregado Bruto (VAB em R\$)	$VAB = PB - CI$ (1)	Descreve a geração de riqueza, após o desconto dos insumos básicos da produção.
Valor Agregado Líquido (VAL em R\$)	$VAL = VAB - D$ (2)	Refere-se ao saldo obtido a partir do VAB descontadas as depreciações.
Renda Agrícola e/ou da agroindustrialização (RAT em R\$)	$RA = VAL - Arr - DF - Imp - S/E$ (3)	É o resultado econômico que avalia o ganho obtido pela UPA, seja pela comercialização de produtos in natura e/ou agroindustrializados.
Renda agrícola de outras atividades (ROA em R\$)	$ROA = RAT - RCC$ (4)	Participação da renda de outras atividades (ROA) agrícolas sem relação à renda de produtos in natura e/ou agroindustrializados.
Renda de Cadeias Curtas (RCC em R\$)	$RCC = RAT - ROA$ (5)	Participação da renda das Cadeias Curtas (RCC) em relação à renda de produtos in natura e/ou agroindustrializados
Renda de arrendamentos e aposentadorias (RAA em R\$)	$RAA = RT - ROA - RCC$ (6)	Participação da renda de arrendamentos e aposentadorias (RAA) em relação à renda de produtos in natura e/ou agroindustrializados
Renda Total (RT em R\$)	$RT = RAT + RAA$ (7)	Resultado obtido da soma de todas as rendas na UPA
Produtividade da terra da RAT (R\$/SAU)	$RAT/SAL$ (8)	Renda de produtos in natura e agroindustrializados dividida pelo número de hectares utilizados na produção
Produtividade do trabalho da RAT (RS/UTH)	$RAT/UTH$ (9)	Renda de produtos in natura e agroindustrializados dividida por unidades de mão de obra
Produtividade da terra da RCC (R\$/SAU)	$RCC/SAL$ (10)	Renda das Cadeias Curtas (RCC) dividida pelo número de hectares utilizados na produção
Produtividade (PW) do trabalho da RCC (R\$/UTH)	$RCC/UTH$ (11)	Renda das Cadeias Curtas (RCC) dividida por unidades de mão de obra
Salário mínimo por pessoa ocupada anualmente (SMUTH)	$UTH * 1.039,005 * 13$ (12)	Nível mínimo de remuneração considerado por pessoa ocupada na UPA. Abaixo deste nível, os sistemas não estão remunerando adequadamente a mão de obra.

Fonte: adaptado a partir de Lima et al. (2005).

Nota: VA = Valor Agregado; PB = Produto Bruto; CI=Consumo Intermediário; D=Depreciação; Arr = arrendamento; Imp = Impostos . SAU = Superfície Agrícola útil; UTH = Unidade de trabalho homem.

Posteriormente, as unidades de produção foram estratificadas de acordo com o nível de renda obtida da produção e comercialização por intermédio das Cadeias Curtas de Comercialização (RCC) no ano de 2018/2019. Para efeitos de comparação, a RCC foi convertida em número de salários mínimos mensais, derivados das cadeias curtas de comercialização (RMCC). Para agrupamento, foi utilizado o valor da RCC obtido por ano. Com isto, utilizou-se o seguinte cálculo para obter a renda mínima mensal (em salários mínimos) de cadeia curtas de comercialização (RMCC) por UPA:

$$RMCC = \frac{\left(\frac{RCC}{12}\right)}{1.039,00} \quad (13)$$

Após este procedimento as UPAs foram estratificadas, considerando os estratos das rendas obtidas na classificação geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por faixas de salário mínimo (IBGE, 2018), conforme o descrito abaixo:

- ✓ Até dois salários mínimos: 10 UPAs. Representava os menores valores em termos de renda agrícola obtida da produção e comercialização por intermédio de cadeias curtas. Em função disso, a atividade pode ser derivada de produtos/alimentos sazonais ou representar a comercialização do excedente da produção.
- ✓ Mais de dois até quatro salários mínimos: 11 UPAs.

<sup>5</sup> Valor do salário mínimo no período de coleta dos dados (outubro-novembro de 2019).

- ✓ Mais de quatro salários mínimos: 10 UPAs. O IBGE classifica de quatro a 10 salários mínimos, entretanto, na amostra, não foram encontradas UPAs que apresentaram valores maiores que 10, por isso, foi classificado acima de quatro salários mínimos.

Para efeitos de análise, as atividades relacionadas às cadeias curtas de comercialização foram separadas daquelas em que a produção e a comercialização estão estritamente relacionadas às cadeias convencionais (longas). Para estimar o valor das depreciações, consumo intermediário, dividendos e financiamentos, naquelas atividades que compartilhavam máquinas, equipamentos e financiamentos, os valores foram rateados para cada atividade e/ou canal de comercialização, estimados pelo nível de utilização em cada atividade.

A seção seguinte compreende a análise e discussão dos resultados encontrados.

### Caracterização dos grupos de agricultores estratificados pela renda mensal das cadeias curtas de comercialização

A média de idade dos entrevistados é de 34 anos. 48,42% dos 31 agricultores(as) se encontram na faixa etária dos 14 aos 24 anos. A predominância de pessoas jovens, diferentemente do que se tem observado no rural brasileiro (IBGE, 2017), é decorrente de um percentual significativo de entrevistados que comercializam por meio de cadeias curtas, possuem filhos (as) que estudaram e/ou estudam na Escola Familiar Rural de Alpestre (87,52% dos entrevistados), e participam ativamente na produção e comercialização. O modelo pedagógico da escola fomenta a interação entre a teoria e a prática e tem contribuído para a permanência de jovens no meio rural. Ao funcionar em um sistema de alternância, os jovens estudam uma semana na escola e duas semanas permanecem nas UPAs, desenvolvendo os “projetos de vida” junto à família, bem como realizando as atividades produtivas, de gestão e comercialização. Baseado nisso, a tabela 1 apresenta as rendas encontradas em cada unidade produtiva e o respectivo número de renda gerado através das cadeias curtas.

**Tabela 1:** Classificação das UPAs delimitada pelo critério do número de salários mínimos auferidos pela comercialização de produtos por intermédio de cadeias curtas de comercialização.

GRUPOS	UPA	RVEG (R\$)	RAGR (R\$)	RCC (R\$)	RAT UPA (R\$)	% RCC sob RAT UPA	Nº RMCC
Acima de 4 salários mínimos (mês)	13	12.091,66	83.063,54	95.155,20	131.767,33	72,21%	7,63
	17	52.281,65	30.653,59	82.935,24	114.837,33	72,22%	6,65
	21	69.171,03	10.570,30	79.741,33	81.371,33	98,00%	6,40
	11	10.565,18	65.776,82	76.342,00	76.342,00	100,00%	6,12
	18	8.278,43	65.823,20	74.101,63	126.303,00	58,67%	5,94
	14	8.390,18	62.347,85	70.738,03	85.727,67	82,51%	5,67
	25	9.621,07	57.206,73	66.827,80	69.746,33	95,82%	5,36
	4	26.402,51	37.998,82	64.401,33	64.401,33	100,00%	5,17
	10	8.095,84	45.516,77	53.612,60	85.759,83	62,51%	4,30
	20	22.053,58	31.394,82	53.448,40	95.100,81	56,20%	4,29
Acima de 2 e até 4 salários mínimos (mês)	31	11.752,21	35.226,89	46.979,10	53.291,50	88,15%	3,77
	26	46.265,90	0,00	46.265,90	97.252,50	47,57%	3,71
	19	1.434,50	43.229,65	44.664,15	113.118,50	39,48%	3,58
	29	4.570,26	34.217,78	38.788,04	59.110,83	65,62%	3,11
	24	35.226,47	1.010,86	36.237,33	36.237,33	100,00%	2,91
	12	4.629,76	30.452,68	35.082,44	42.503,50	82,54%	2,81
	9	0,00	34.012,76	34.012,76	34.012,76	100,00%	2,73
	5	7.264,36	24.579,70	31.844,06	66.500,17	47,89%	2,55
	15	15.699,13	16.008,41	31.707,54	85.964,00	36,88%	2,54
	30	8.297,76	20.692,86	28.990,63	90.424,67	32,06%	2,33
8	3.705,53	23.196,05	26.901,58	47.221,50	56,97%	2,16	
Até 2 salários mínimos (mês)	23	7.863,64	14.505,40	22.369,04	85.873,57	26,05%	1,79
	27	1.377,38	13.090,12	14.467,50	14.467,50	100,00%	1,16
	6	4.873,39	8.774,02	13.647,41	29.154,00	46,81%	1,09
	16	12.479,36	1.087,82	13.567,18	23.769,00	57,08%	1,09
	2	5.387,63	3.944,49	9.332,12	13.201,33	70,69%	0,75
	7	6.846,33	119,67	6.966,00	6.966,00	100,00%	0,56
	22	6.292,74	0,00	6.292,74	39.496,67	15,93%	0,50
	1	2.457,33	0,00	2.457,33	2.457,33	100,00%	0,20
	28	- 2.177,54	- 5.039,96	- 7.217,50	- 7.217,50	100,00%	-0,58
	3	- 4.343,91	- 3.207,32	7.551,24	- 11.811,00	63,93%	-0,61

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

**RVEg**= Renda agrícola total somente da comercialização vegetal através das cadeias curtas. **RAgr**= Renda agrícola total somente da comercialização agroindustrial através das cadeias curtas. **% RATCC sob RAT UPA** = Percentual

que representa a renda agrícola total das cadeias curtas em relação a renda agrícola total da unidade de produção. Nº RMCC= Número de salários mínimos correspondente à renda total gerada através das cadeias curtas.

O primeiro grupo auferir mais de quatro salários mínimos e representa 33,00% do total de agricultores considerados na pesquisa (Tabela 1). Nestas unidades de produção, a renda procedente das cadeias curtas de comercialização representa acima de 56% da renda agrícola total anual. Nas UPAs 4, 11, 21 e 25, esse percentual ultrapassa 90%. Apesar das semelhanças de renda, as diferenças se encontram no sistema produtivo pois, nas UPAs 11 e 25, mais de 86% da RCC é auferido por produções agroindustriais (derivados de leite, como o queijo), comercializadas tanto na região Extremo Norte do Rio Grande do Sul como no estado de Santa Catarina. Neste grupo, em seis unidades produtivas, as atividades de comercialização de produtos agroindustriais são responsáveis por mais de 85% da RCC. Na UPA 13, os agricultores também realizam a comercialização de derivado animal (87,29%) na forma de salames e linguiças suínas.

Estas produções reforçam a importância da agregação de valor, a partir da transformação da matéria-prima. Além disso, as relações de proximidade, as quais compreendem a comercialização de produtos agroindustrializados, remetem aos vínculos de confiança, qualidade, reputação e lealdade, ou seja, valores morais presentes na relação agricultor e consumidor, o que por sua vez, dispensa garantias formais (NIEDERLE; SCHUBERT; SCHNEIDER, 2014; SCHNEIDER; FERRARI, 2015). Do mesmo modo, estas atividades podem ser consideradas inovadoras no sentido de gerar novos produtos, bem como continuam desenvolvendo ou redescobrimo produtos/alimentos antigos/tradicionais (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; BELLETTI; MARESCOTTI, 2012).

Na UPA 21, os agricultores, majoritariamente, comercializam produtos *in natura* (86,74%) e o maior valor é obtido da venda de melancias e tomates. Outros vegetais também fazem parte do portfólio de produtos comercializados porta a porta e na feira. Esses produtos, juntamente à comercialização de queijo e mel, compõem a RAGR (R\$ 10.570,30). A renda agrícola total das cadeias curtas de comercialização representa 98,00 % do total de renda produzida na unidade de produção; outros 2% são derivados do tradicional cultivo de fruticultura, laranjas, neste caso. Estas evidências, em larga medida, revelam que mesmo as produções alternativas, para gerar renda significativa, necessitam de escala e intensificação produtiva.

O segundo grupo é configurado por UPAs que auferem uma renda de “Mais de dois a quatro salários mínimos” derivada de cadeias curtas de comercialização (RMCC). 35,00% dos agricultores considerados na pesquisa ocupam um nível intermediário de acordo com o critério de agrupamento. Entretanto, isto não significa que as cadeias curtas não sejam representativas nas unidades de produção.

Nas UPAs 24 e 9, por exemplo, a renda auferida por intermédio de produtos das cadeias curtas de comercialização representa a renda agrícola total das mesmas. Na UPA 9, os produtos comercializados são de origem animal (queijos, salames e mel). Na UPA 24, são destacados os produtos de origem vegetal (97,21%), como a comercialização de batata-doce e noz-pecã. No entanto, a produção agroindustrial é oriunda da produção de leite e derivados, como queijos. Os produtos de ambas as UPAs são comercializados porta a porta através de encomendas, e, especificamente os produtos da UPA 24, também em fruteiras e supermercados. As cadeias curtas possuem uma ampla configuração de canais de comercialização (MILLER; BROWN, 2008; BERTI; MULLIGAN, 2016; KOUTSOU; SERGAKI, 2019).

As UPAs 15 e 30 são as que apresentam os menores percentuais de RCC em relação a Renda Agrícola Total da UPA (36,88% e 32,06% respectivamente). Na UPA 15, as produções são divididas em aproximadamente 50% de produção vegetal (hortifrúti) e 50% produção agroindustrial (cachaça) comercializadas na feira. Na UPA 30, 71,38% da renda das cadeias curtas de comercialização resulta da atividade agroindustrial (comercialização de ovos de galinha e de codorna, e, sazonalmente, de peixes).

Cabe ressaltar que, neste grupo, em 72,73% das UPAs (oito), predomina a produção e comercialização de produtos agroindustrializados. Entre as que apresentam a maior parte da comercialização desses produtos, o percentual de RCC em relação à renda agrícola total da UPA é significativo (>70%); em 37,50% (três agricultores), os produtos escoados por intermédio de cadeias longas têm maior participação na formação da RAT. Um exemplo disto é a UPA 30, em que 71,38% da renda agrícola obtida advém de produtos agroindustriais. Entretanto, esta possui, junto às atividades agroindustriais, também aquelas relacionadas às cadeias longas (suinocultura integrada) e a participação desta atividade é de R\$ 90.000,00 de renda anual.

Na região Norte do Rio Grande do Sul, a participação na produção de *commodities* (grãos), suinocultura e avicultura integrada é significativa. Portanto, é relativamente comum encontrar unidades que diversificam as atividades entre esse perfil de produção e de produtos típicos de cadeias curtas de comercialização (VANDER et al., 2016; DEON; AZEVEDO; ALMEIDA-NETO, 2017; AGUIAR; DEL GROSSI; THOMÉ, 2018). Tal configuração vai ao encontro dos pressupostos de Berti e Mulligan (2016) ao explicar que os sistemas agroalimentares das cadeias longas, integrados verticalmente e dominados por grandes empresas privadas, contribuem para alcançar níveis mais altos de produção e produtividade de alimentos. Porém, os agricultores também atentam para a necessidade de diversificação produtiva, necessária para o autoconsumo e a inserção em mercados alternativos. Igualmente, isso gera uma diminuição de riscos mercadológicos que apenas uma atividade produtiva ou canal de comercialização pode ocasionar (BERTI; MULLIGAN, 2016).

O terceiro grupo é o que possui até dois salários mínimos de renda procedente das cadeias curtas de comercialização (Tabela 1). A dinâmica destas unidades de produção demonstra que o percentual de RCC em relação à renda agrícola total (RAT), em cinco UPAS, é acima de 70%, e indica que a renda agrícola, de um modo geral, é baixa. A UPA 28 é um caso que elucida essa situação, ou seja, 100% da renda agrícola é proveniente das cadeias curtas, em que predomina a produção agroindustrial, representada pela venda direta de carne bovina. A UPA 7 também possui uma dinâmica semelhante em termos de renda (100% da RAT da UPA é derivado RCC). No entanto, a produção é de origem vegetal (98%) e se destaca o cultivo do feijão e da mandioca destinados à merenda escolar (PNAE). Outra cultura ainda em desenvolvimento é a do morango comercializado porta a porta.

Os menores valores encontrados são nas UPAs 3, 28 e 1. Na UPA 1, a única produção destinada à comercialização direta, a melancia, é vendida na própria unidade e também no centro urbano. Outras produções vegetais são destinadas a empresas, como a de laranja e bergamota. Na UPA 3, a venda de mel e de milho são as fontes de renda obtidas através da comercialização direta na propriedade. No caso das UPAs 28 e 3, as atividades agrícolas não têm sido suficientes para remunerar os agricultores, visto que, ao descontar as inversões de capital e de insumos utilizados nas produções, as rendas se tornam negativas (LIMA et al., 2005). Os agricultores, nessas UPAs, dependem de rendas não agrícolas e transferências externas para se viabilizarem. Essa situação foi identificada por Miller e Brown (2008), onde os agricultores, em regime de meio período dedicado a atividades agrícolas, obtiveram valores menores de comercialização em mercados locais em comparação com os agricultores em período integral. Nestas UPAs, as atividades de comercialização por intermédio das cadeias curtas são, em larga medida, uma produção voltada para o autoconsumo e a comercialização do excedente é uma estratégia de obtenção de renda extra.

Outro fator relacionado ao baixo percentual da participação das cadeias curtas de comercialização, nestas unidades de produção, é o reduzido nível de agregação de valor. Isso acontece, pois, as produções são do tipo *in natura* (40,00%) e produções mistas (40,00%), sem necessariamente ter uma especialização em determinado sistema produtivo. No entanto, as cadeias curtas são, de um modo geral, exemplos evidentes de sistemas alternativos de alimentos, caracterizados pela ausência de intermediários e potencialmente proporcionam aos agricultores maiores retornos, mesmo quando são apenas atividades de comercialização de excedentes de produção (BENEDEK; FERRO; MOLNÁR, 2018).

Os desdobramentos encontrados, em nível de unidades de produção, refletem as estratégias para alcançar os objetivos econômicos dos agricultores e das comunidades, sendo os aspectos sociais e culturais também importantes (BENEDEK; FERRO; MOLNÁR, 2018). Nessa região, existe uma presença considerável de imigrantes e a tradição nas formas de produção e beneficiamento de alimentos tem sido mantida. As cadeias curtas de comercialização também podem potencializar o equilíbrio ambiental, às vezes inconscientemente, por intermédio da diversificação produtiva, regimes agroambientais sustentáveis, processamento local de produtos e por fim, a comercialização na região (BERTI; MULLIGAN, 2016; GRUCHMANN; SEURING; PETLJAK, 2019). Todavia, para além destes fatores, a remuneração do trabalho para a manutenção das famílias no meio rural se configura um elo importante no que concerne o crescimento e desenvolvimento de comunidades rurais.

## **Reprodução socioeconômica das unidades produtivas que realizam a comercialização por meio de cadeias curtas**



Os agricultores têm como principal finalidade, ao desenvolver sistemas de produção nas UPAs, a reprodução familiar. Sendo está relacionada à capacidade de gerar riqueza suficiente para remunerar a mão de obra e realizar novos investimentos (LIMA et al., 2005). Baseado nisto, este tópico trata de analisar, sob diferentes indicadores, como cada sistema produtivo contribuiu para geração de riqueza nas unidades produtivas, embasada na classificação de renda média oriunda das cadeias curtas de comercialização.

**Tabela 2:** Média dos indicadores do grupo que auferem acima de quatro RMCC da unidade produtiva total, das atividades de cadeias curtas de comercialização e das atividades de cadeias longas (ROA).

Acima de quatro RMCC			
Indicadores	UPA Total	Somente CC	Somente ROA
VAL (R\$)	120.767,18	92.546,65	28.220,54
VAB (R\$)	127.651,30	97.918,30	29.733,00
RA (R\$)	93.135,70	71.730,36	21.405,34
RT (R\$)	96.900,50	75.495,16	25.170,14
SAU (ha)	17,78	10,00	3,92
UTH	2,95	2,95	2,95
VAB/SAU (R\$)	8.634,41	14.459,67	12.202,32
SAU/UTH (R\$/ha)	6,41	3,56	1,16
RA/UTH (R\$/UTH)	34.189,89	27.321,64	6.868,25
PB/SAU (R\$/ha)	4.717,84	5.795,67	7.082,03
CI/SAU (R\$/ha)	810,02	874,74	1.659,77
D/UTH (R\$)	2.098,85	1.520,31	578,55
(PW) = VAU/UTH (R\$/UTH)	42.919,89	34.129,93	8.789,96
RA/SAU (R\$/ha)	6.734,84	11.149,00	9.912,33

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

Neste grupo de agricultores, o valor agregado líquido médio (VAL) da UPA é significativo (R\$ 120.767,18). O VAL, considerando somente as atividades diretamente relacionadas às cadeias curtas de comercialização, é, por consequência, o que mais representa neste grupo (R\$ 92.546,65) e corresponde a 76,63% de todo o VAL gerado no ano. Assim, a RA/SAU, ou seja, a renda gerada por hectare utilizada para produzir, corresponde a R\$ 11.149,00.

Aqui, evidenciam-se as cadeias curtas de comercialização como a principal atividade produtiva, no entanto, são realizadas atividades tradicionais da região em menor intensidade, como o cultivo de fruticultura. Estas evidências corroboram com os apontamentos de Aguiar, Del Grossi e Thomé (2018), ao explicarem que os agricultores envolvidos com as cadeias curtas de comercialização têm maior grau de autonomia. Entretanto, esta característica não os induz a trabalhar em mercados isolados, pois experimentam também outras formas de comercialização, neste caso, os mercados convencionais, mesmo que não obtenham rentabilidade alta. Nas produções comercializadas por intermédio das cadeias curtas, ocorre a redução do número de intermediários entre a fase de produção e a fase de compra pelo consumidor final. Isso permite que os agricultores retenham uma parcela maior do valor agregado do produto, aumentando as margens de lucro e permitindo remunerar adequadamente os fatores de produção (MASTRONARDI et al., 2019; KOUTSOU; SERGAKI, 2019).

O CI/SAU (R\$ 810,02) das produções de cadeias curtas de comercialização é menor do que quando as outras atividades agrícolas são consideradas (R\$ 1.659,77), e demonstra uma característica da geração de produtos escoados por cadeias longas, ou seja, a demanda maior e mais onerosa de insumos. Tal comportamento tende a estar relacionado ao fato de que as produções convencionais deste grupo também estão concentradas em menores áreas úteis, o que, por consequência, influencia no aumento do custo por hectare. De modo genérico, produtos convencionais pressupõem economias de escala. Para ocorrer redução de custos unitários, é necessário incremento produtivo e as produções de pequena escala tendem, naturalmente, a criar uma evidente desvantagem de custo (FARINA, 1997; NICOLELI; MOLLER, 2006). Comparativamente, a tabela 3 apresenta a média dos indicadores do grupo de “Dois a quatro RMCC”.

**Tabela 3:** Média dos indicadores do grupo de dois a quatro RMCC da unidade produtiva total, das atividades de cadeias curtas de comercialização e das atividades de cadeias longas (ROA).

De dois a quatro RMCC			
Indicadores	UPA Total	Somente CC	Somente ROA
VAL (R\$)	82.147,02	47.184,56	34.962,47
VAB (R\$)	89.480,05	51.842,86	37.637,18
RA (R\$)	65.967,02	36.497,59	29.469,43
RT (R\$)	97.554,48	68.085,05	61.056,88
SAU (ha)	19,91	12,49	2,36
UTH	3,48	3,48	3,48
VAB/SAU (R\$)	5.931,01	9.725,69	27.833,56
SAU/UTH (R\$/ha)	5,77	3,26	0,63
RA/UTH (R\$/UTH)	21.265,19	11.899,96	9.365,23
PB/SAU (R\$/ha)	10.921,33	25.533,25	19.053,76
CI/SAU (R\$/ha)	2.828,39	9.670,63	5.096,54
D/UTH (R\$)	2.253,39	1.496,50	756,90
(PW) = VAU/UTH (R\$/UTH)	27.151,38	15.606,75	11.544,64
RA/SAU (R\$/ha)	4.291,64	7.225,82	22.141,57

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

Este grupo reúne Upas que auferem entre dois a quatro RMCC e apresentam um VAL médio de R\$ 82.147,02. Em larga medida, neste grupo, as atividades não possuem uma preponderância expressiva, ainda que os valores auferidos por meio das cadeias curtas de comercialização apresentem maior renda agrícola. Um dos pressupostos desta característica pode ser explicado pela maior quantidade de área útil disponível (19,91) que, de modo geral, possibilita diversificar as produções, tanto no que concerne as cadeias curtas como de cadeias longas.

No entanto, na média geral, a RA/SAU é maior somente quando computadas as atividades escoadas por canais de comercialização longos, uma vez que, a integração de suínos e cultivo de uvas auferem valores altos por área. Assim, enquanto os canais de comercialização direta em unidades produtivas menores é significativa, e até mesmo uma das únicas formas de manter relações com o mercado, os agricultores de médio porte, recorrentemente, usam esses mercados para diversificar os canais de comercialização, que funcionam como estratégia de redução de risco de mercado (Mastronardi et al., 2019). Isto posto, a tabela 4 compreende os indicadores médios do grupo de “Até dois RMCC”.

**Tabela 4:** Média dos indicadores do grupo de até dois RMCC da unidade produtiva total, das atividades de cadeias curtas de comercialização e das atividades de cadeias longas (ROA).

Até dois RMCC			
Indicadores	UPA Total	Somente CC	Somente ROA
VAL (R\$)	42.042,33	21.355,37	20.686,96
VAB (R\$)	49.123,40	26.160,00	22.963,40
RA (R\$)	19.635,69	7.433,06	12.192,57
RT (R\$)	51.627,29	39.424,66	44.184,17
SAU (ha)	12,91	4,81	3,66
UTH	2,51	2,51	2,51
VAB/SAU (R\$)	3.847,38	9.094,14	6.523,00
SAU/UTH (R\$/ha)	5,37	1,99	1,46
RA/UTH (R\$/UTH)	7.366,75	2.785,28	4.575,72
PB/SAU (R\$/ha)	10.867,06	25.309,89	7.906,54
CI/SAU (R\$/ha)	2.543,55	5.747,20	1.447,46
D/UTH (R\$)	3.667,85	2.604,74	1.063,11
(PW) = VAU/UTH (R\$/UTH)	16.808,79	8.785,19	8.023,60
RA/SAU (R\$/ha)	1.198,50	3.127,02	2.711,72

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

No grupo composto por agricultores que auferem até dois salários mínimos de renda mensal, as cadeias curtas de comercialização funcionam como uma complementação de renda. As rendas de ambas, cadeias longas como cadeias curtas, assumem uma função de complementaridade, sendo também a área destinada para estas atividades equivalentes. A renda agrícola por hectare (RA/SAU) é maior nas cadeias curtas, quando comparada às cadeias de produção longas, devido à

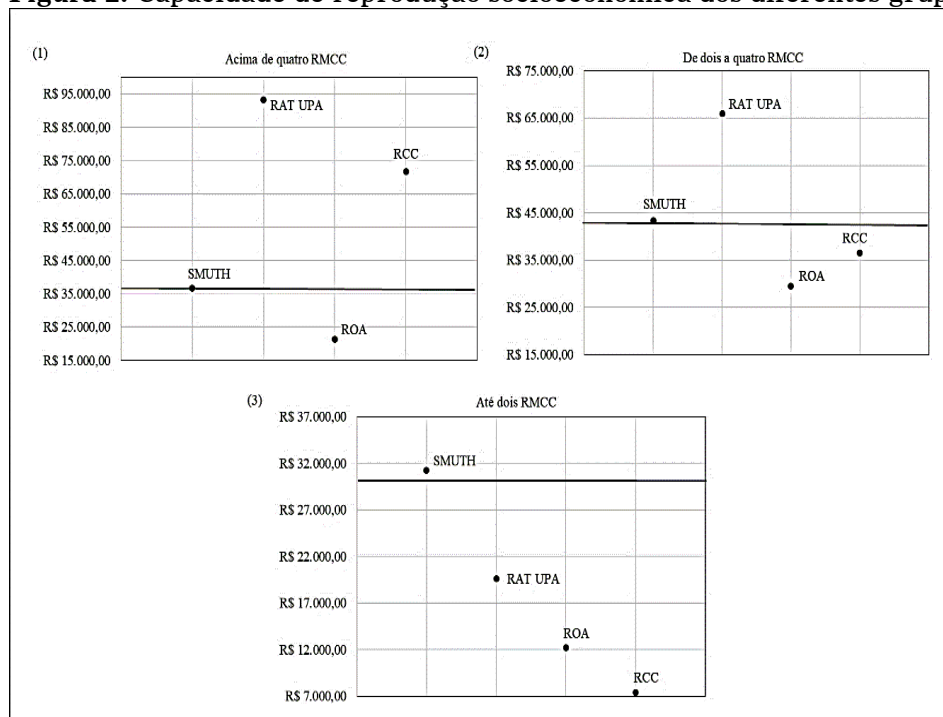
intensificação da atividade. Este grupo também é o que apura valores monetários totais menores na unidade produtiva, o que pressupõe a necessidade de receitas provenientes de outras atividades fora da unidade de produção ou não agrícolas.

Nessas unidades produtivas, a área (SAU) disponível (em média 12,91 hectares) é pequena e limita a rentabilidade de atividades vegetais escoadas por meio das cadeias longas (DEON; AZEVEDO; ALMEIDA NETTO, 2017; ROSSI; JONHSON; HENDRICKSON, 2017). Porém, produções direcionadas às cadeias curtas de comercialização são basicamente *in natura* e sazonais, o que resulta em comercialização somente em alguns meses do ano, por exemplo a produção de melancias.

As cadeias curtas de comercialização, neste grupo, assumem características distintas dos demais grupos: é realizada por jovens (70,00%) que a implementam por intermédio do “projeto de vida” na Escola Familiar Rural de Alpestre, como uma maneira de obter sua própria renda e realizar a sucessão rural. Mas também, em função das unidades produtivas em que estão inseridas possuem recursos econômicos limitados, induzem ao desenvolvimento de atividades com baixas inversões de capital. A cadeia curta é encarada, nesta perspectiva, principalmente como uma estratégia de reprodução social e autonomia econômica, principalmente ligada aos jovens que pretendem continuar no ambiente rural (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012; ROSSI; JOHNSON; HENDRICKSON, 2017; GRUCHMANN; SEURING; PETLJAK, 2019). Nesta perspectiva, Malak-Rawlikowska et al. (2019) reforçam a predominância de pequenas unidades produtivas envolvidas nas cadeias curtas de comercialização.

As cadeias curtas são essenciais para a geração de trabalho e renda de pequenos agricultores, para o fornecimento de alimentos saudáveis e fomentam os mercados de proximidade e economias locais (Rambo; Freitas, 2019). Deste modo, a figura 1 apresenta três gráficos de dispersão em que se estabelece uma relação entre a Renda agrícola total das UPAs, a Renda agrícola obtida pelas atividades das cadeias curtas de comercialização, a Renda Agrícola advinda de outras atividades produtivas, como as cadeias longas de comercialização (ROA). A medida é remuneração de um salário mínimo (SMUTH) de cada unidade de trabalho (UTH) por mês em um ano.

**Figura 2:** Capacidade de reprodução socioeconômica dos diferentes grupos de RMCC anual.



Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

Lima et al. (2005) explicam que uma renda mínima necessária para a reprodução do agricultor deve permitir um nível mínimo de alimentação, habitação, saúde e educação. Como critério de renda mínima, foi estabelecido o valor de um salário mínimo regional (R\$ 1.039,00) por unidade de trabalho de um homem ou familiar (SM\*UTH) no período de 13 meses (considerando o 13º salário mínimo). Assim, este valor é considerado como custo de oportunidade do trabalho, ou

seja, renda agrícola abaixo deste valor significa que não remunera a mão de obra empregada nas atividades agrícolas (LIMA et al., 2005).

No que refere ao grupo de UPAs que auferem mais de quatro RMCC, tanto a RAT UPA como a RCC se posicionaram acima do valor mínimo estabelecido (Figura 1). Este resultado indica que a geração de renda, por intermédio das cadeias curtas, como atividades exclusivas na UPA, poderia remunerar todos os integrantes ocupados nas atividades agrícolas. Neste caso, os preços praticados nos mercados alternativos são capazes de suprir os custos operacionais e gerar um retorno justo ao trabalho do agricultor, levando a benefícios financeiros (LIMA et al., 2005; Rambo; Freitas, 2019)

Os indicadores de reprodução econômica desses agricultores demonstram que os mais “especializados” na produção e na comercialização por intermédio de cadeias curtas de comercialização auferem ganhos de produtividade, assim esses agricultores podem se dedicar exclusivamente à atividade agroalimentar alternativa (ROSSI; JOHNSON; HENDRICKSON, 2017). Os resultados certificam que as cadeias curtas são benéficas para a reprodução social e econômica dos agricultores familiares e podem desempenhar um papel central nos padrões de desenvolvimento rural (MARSDEN, BANKS, BRISTOW, 2000; MORGAN et al., 2018).

A renda agrícola total das UPAs (acima de quatro salários mínimos) indica que as atividades de renda agrícola e atividades de outras produções (ROA) “combinadas” remuneraram os fatores de produção empregados nas atividades. Entretanto, quando se observa somente a renda de outras atividades (ROA), ela está abaixo da remuneração mínima estabelecida e, indica que somente a renda dessas atividades não seria suficiente para assegurar a reprodução social e econômica da família.

No caso das UPAs que auferem de dois a quatro salários mínimos de rendas advindas das cadeias curtas de comercialização (RMCC), somente a renda agrícola total proporciona uma remuneração acima do mínimo estabelecido. Tanto a renda somente das cadeias curtas de comercialização como de outras atividades não é suficiente para gerar uma renda agrícola maior que o SMUTH. Neste grupo, portanto, a reprodução social e econômica é obtida a partir da relação de complementaridade entre as duas formas de inserção nos mercados. Esta evidência corrobora com o exposto por Niederle, Schubert e Schneider (2014) de que as cadeias curtas de comercialização não necessariamente, por si só, são responsáveis pelas características emancipadoras dos agricultores familiares. Neste caso, as cadeias curtas e longas interagem entre si, em que os agricultores as veem como complementares (MUNDLER; LAUGHREA, 2016), e de modo geral, nestas condições, a reprodução social econômica depende dessa relação.

Quando se trata do grupo que possui até dois salários mínimos de Renda das Cadeias curtas de comercialização (RMCC), observa-se que renda agrícola total (RAT) da unidade produtiva não é suficiente para remunerar a mão de obra. Desta maneira, o nível de renda obtido por intermédio das atividades agrícolas, independente do canal de comercialização utilizado, não é capaz de garantir a reprodução social e econômica somente com atividades agroindustriais. Estas características implicam na impossibilidade de realização de investimentos e ampliação de atividades no sistema produtivo (LIMA et al., 2005) e resultariam em vulnerabilidade econômica e social, sem a presença de rendas não agrícolas e transferências externas, que representam aproximadamente 60,00%, da renda total, tendo destaque as aposentadorias.

## Considerações finais

A contribuição das cadeias curtas de comercialização na renda total dos agricultores denota as diferentes estratégias produtivas, econômicas e sociais em nível de unidade de produção. Os agricultores que auferem uma renda mensal expressiva (acima de quatro RMCC) advindos de cadeias curtas de comercialização são aqueles em que essa atividade é relativamente especializada, incorpora valor por intermédio da agroindustrialização e auferem ganhos de escala, mesmo na comercialização direta. Assim, o acesso ao mercado por intermédio das cadeias curtas é eficiente e permite a reprodução social e econômica da família com esse padrão de atividade.

No outro extremo estão os agricultores que a renda das cadeias assume uma função de complementaridade na economia da família. De um lado, estão os agricultores em que a mesma representa um valor considerável da renda agrícola, ou seja, elas são importantes em termos de renda advinda da agropecuária, mas a reprodução socioeconômica advém de rendas externas e transferências sociais. Isso remete às novas configurações do meio rural, em que a pluriatividade e o rural como espaço de moradia se sobressaem, assim, não necessariamente a reprodução da família está vinculada às atividades agropecuárias.

Os agricultores que atuam na produção e comercialização em cadeias longas e cadeias curtas adotam uma estratégia de diversificação das rendas, protegem-se de flutuações de produção e preços, principalmente em cadeias longas, e a otimizam as áreas agrícolas disponíveis. No entanto, como nenhum dos padrões de produção e comercialização isolados são capazes de remunerar todos os fatores de produção logo, a relação de complementariedade é fundamental para a reprodução econômica e social dos agricultores.

Para além da reprodução socioeconômica, perpassa, por esse conjunto de agricultores que comercializam por intermédio de cadeias curtas, elementos ligados à tradição, à cultura, às relações interpessoais e ao território. Em uma perspectiva mais ampla, para a grande maioria dos agricultores considerados na pesquisa, as cadeias curtas de comercialização representam um importante meio de desenvolvimento econômico para além das unidades de produção e se constitui em um circuito de produção e comercialização que impulsiona a economia em nível local e/ou regional.

## Referências

- AAKER, D.; KUMAR, V.; DAY, G. **Marketing research**. John Wiley & Sons, Inc. 1995.
- AGUIAR, L. da C.; DELGROSSI, M. E.; THOMÉ, K. M. Short food supply chain: characteristics of a family farm. *Ciência Rural*, v. 48, n. 5, 2018. Doi: 10.1590/0103-8478cr20170775
- AHEARN, M. C.; LIANG, K.; GOETZ, S.. Farm business financial performance in local foods value chains. *Agricultural Finance Review*, 2018. Doi: 10.1108/AFR-08-2017-0071
- BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. L'innovazione economica della filiera corta. In: (Org) GIARE, F.; GIUCA, S. **Agricoltori e filiera corta: Profili giuridici e dinamiche socio-economiche**. INEA- Istituto Nazionale di Economia Agraria. Roma. 2012. Pg 45-63.
- BENEDEK, Z.; FERTÓ, I.; MOLNÁR, A. Off to market: but which one? Understanding the participation of small-scale farmers in short food supply chains—a Hungarian case study. *Agriculture and Human Values*, v. 35, n. 2, p. 383-398, 2018. Doi: 10.1007/s10460-017-9834-4
- BERTI, G.; MULLIGAN, C. Competitiveness of small farms and innovative food supply chains: The role of food hubs in creating sustainable regional and local food systems. *Sustainability*, v. 8, n. 7, p. 616, 2016. Doi: 10.3390/su8070616
- DEON, P. R. C.; AZEVEDO, L. F.; ALMEIDA NETTO, T. A Produção de Grãos como Estratégia de Reprodução da Agricultura Familiar Reflexões a Partir do Caso do Município de Novo Machado-RS. *Desenvolvimento em Questão*. Editora Unijuí, ano 15, n. 38, jan./mar. 2017. p. 261-294. Doi: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.38.261-294>
- DINIZ, J. D. A.; CERDAN, C. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. *Negócios e mercados da agricultura familiar*, 2017.
- DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Edufba, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/22644>.
- FARINA, E. M. M. Q. **Competitividade: Mercado, Estado e Organizações**. São Paulo: Editora Singular/Fapesp, 1997.
- GRUCHMANN, T.; SEURING, S.; PETLJAK, K. Assessing the role of dynamic capabilities in local food distribution: a theory-elaboration study. *Supply Chain Management: An International Journal*, 2019. Doi: 10.1108/SCM-02-2019-0073
- IBGE- Pesquisa de orçamento familiares. **Sidra**. 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/439>>
- \_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo agropecuário 2017**. SIDRA. 2017.
- ILBERY, B.; MAYE, D. Food supply chains and sustainability: evidence from specialist food producers in the Scottish/English borders. *Land use policy*, 2005, 22.4: 331-344.

- KOUTSOU, S.; SERGAKI, P. Producers' cooperative products in short food supply chains: consumers' response. **British Food Journal**, 2019. Doi: 10.1108/BFJ-05-2018-0297
- LIMA, A. J. P. de. et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. 176 p., Ijuí: Unijuí, 2005.
- MALAK-RAWLIKOWSKA, A. et al. Measuring the economic, environmental, and social sustainability of short food supply chains. **Sustainability**, v. 11, n. 15, p. 4004, 2019. Doi: <https://doi.org/10.3390/su11154004>
- MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**. V. 40, 2000, p. 424-438.
- MASTRONARDI, L. et al. Analyzing Alternative Food Networks sustainability in Italy: a proposal for an assessment framework. **Agricultural and Food Economics**, v. 7, n. 1, p. 21, 2019. Doi: 10.1186/s40100-019-0142-8
- MILLER, S; BROWN, C. The impacts of local markets: a review of research on farmers markets and community supported agriculture (CSA). **American Journal of Agricultural Economics**, v. 90, n. 5, p. 1298-1302, 2008. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8276.2008.01220.x>
- MINAYO, M. C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Qualitative Research Journal**, 5(7), 1-12. 2017.
- MORGAN, E. et al. Gaining and maintaining a competitive edge: Evidence from CSA members and farmers on local food marketing strategies. **Sustainability**, v. 10, n. 7, p. 2177, 2018. Doi: 10.3390/su10072177
- MUNDLER, P.; LAUGHREA, S. The contributions of short food supply chains to territorial development: A study of three Quebec territories. **Journal of Rural Studies**, v. 45, p. 218-229, 2016. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.04.001>
- NETO, B. S.; BASSO, D. **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Editora UNIJUÍ, 2005.
- NICOLELI, M.; MOLLER, H. D. Análise da competitividade dos custos do café orgânico sombreado irrigado. **Custos e agronegócio online**. V. 2, n 1. 2006.
- NIEDERLE, P. A.; SCHUBERT, M. N.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. In: DOULA, S et al. (Org.). **A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados**. 1ed.Viçosa: Suprema, 2014, v. 1, p. 43-68.
- ODERICH, E. H.; MIGUEL, L. De A. História e situação da agricultura e do desenvolvimento rural em quatro municípios do noroeste do Rio Grande do Sul. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, p. 115-132. 2017.
- RAMBO, A. G.; FREITAS, T. D. The territorial policy of rural development in Brazil: questions and reflections about the reconnection between production and consumption of food. **Cuadernos de desarrollo rural**. Santafe de Bogota, Colombia. Vol. 16, n. 84 2019. Doi: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cdr16-84.tprd>
- ROSSI, James D.; JOHNSON, Thomas G.; HENDRICKSON, Mary. The economic impacts of local and conventional food sales. **Journal of Agricultural and Applied Economics**, v. 49, n. 4, p. 555-570, 2017.
- SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local—um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**, v. 14, n. 19, p. 101, 2012.
- SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar—o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, 2015.

VANDER BERT, V.; SCHNEIDER, S.; DESSEIN, J. (2016). Different farming styles behind the homogenous soy production in southern brazil. **Journal of Peasant Studies**,43(2), 396-418. doi:[10.1080/03066150.2014.993319](https://doi.org/10.1080/03066150.2014.993319)



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*